

Governança e democracia eletrônica na gestão urbana

Denis Alcides Rezende
Klaus Frey
Roberto Cesar Betini

- 1. INTRODUÇÃO
 - 1.1. Problematização
 - 1.2. 1.2. Justificativa
 - 1.3. 2. REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS
 - 2.1. Gestão urban
 - 2.2. Governança eletrônica
 - 2.3. A reforma do estado e a governança eletrônica
 - 2.4. Democracia eletrônica
 - 2.5. A controvérsia acerca do potencial democrático das TIC
 - 3. POSICIONAMENTO E AGENDA DE PESQUISA
 - 3.1. Pareceres dos autores
 - 3.2. Agenda de pesquisa
- REFERÊNCIAS

1. INTRODUÇÃO

Esse *position paper* pretende apresentar e discutir os conceitos de governança eletrônica e de democracia eletrônica aplicados na gestão urbana, bem como as potencialidades e limitações do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC) para contribuir na gestão das cidades.

Também tem como objetivo, fomentar o debate em torno da consolidação do campo de pesquisa e reflexão na área da gestão urbana na PUCPR, dando subsídios para os projetos de pesquisa e dissertações a serem desenvolvidos no Mestrado em Gestão Urbana e do grupo de pesquisa em Gestão Urbana.

Espera-se também que essa discussão preliminar, ainda rudimentar e representando uma visão pessoal de seus autores, possa iniciar um processo coletivo de construção de um *framework* geral capaz de nortear as atividades de pesquisa e ensino no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Gestão Urbana (PPGTU).

1.1. Problematização

Em tempos de globalização, cidades do mundo inteiro estão desafiadas por profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. As transformações recentes requerem novos modelos de gestão inovadores, assim como novos instrumentos, procedimentos e formas de ação, a fim de permitir que os administradores públicos tratem das mudanças de uma sociedade globalizada. Por um lado, é necessário encontrar respostas e soluções rápidas para problemas cujas causas antes ficavam fora da esfera de influência do administrador público. Por outro lado, é uma tarefa essencial explorar e disponibilizar as chances e oportunidades relacionadas a tais transformações, em favor tanto da administração pública quanto da própria população.

Essas questões inexoravelmente envolvem a governança e a democracia na gestão urbana e como consequência, a necessidade da avaliação e do uso dos recursos da tecnologia da informação e comunicação.

No passado, a gestão urbana contemplava basicamente o planejamento dos aspectos físicos e territoriais da cidade, com a disponibilização de infra-estrutura básica e com os serviços sociais. A concentração nessas atividades tem sido considerada indispensável para uma boa qualidade de vida urbana. Entretanto, e particularmente em países em desenvolvimento, o êxodo rural e as imensas taxas de crescimento populacional obstruíram os esforços para efetivamente atender as crescentes demandas sociais dos cidadãos urbanos pobres (FREY, 2002).

No presente, a gestão urbana contempla um incomensurável conjunto de variáveis e de diferentes atores, experimentando transformações fundamentais que exigem um debate controverso em torno dos possíveis caminhos da gestão pública das cidades na sociedade da informação que crescentemente vem se consolidando.

Também em consequência da globalização, do avanço tecnológico e do acirramento dos problemas sócio-ambientais, as sociedades contemporâneas têm sofrido transformações significativas na gestão das cidades, nos modelos de gestão urbana e no uso dos recursos da tecnologia da informação e comunicação. As dificuldades urbanas e seus conflitos aumentam a tensão social. Diante de tais transformações tornou-se urgente repensar a maneira como se pode viver junto de forma pacífica e democrática, tanto nos níveis internacional e nacional, como no nível local. A crise que a democracia contemporânea está vivendo tem diversas dimensões e causas. Certamente, é preciso salientar a crescente incapacidade do Estado, tanto no nível nacional como local, em implementar programas e projetos políticos capazes de responder adequadamente a demandas sociais crescentes e de garantir correspondentes resultados. Isso se deve a fatores diversos, como a maior complexidade da agenda pública e dos problemas sociais, as restrições financeiras, a dependência de decisões de instâncias governamentais superiores ou internacionais ou de organizações privadas. A perda da possibilidade de atribuir claramente certas realizações ou omissões políticas a governos ou parlamentares específicos, faz com que o eleitor encontre-se cada vez mais desorientado e sem condições reais de tomar decisões eleitorais conscientes, de acordo com os interesses da comunidade e seus próprios interesses individuais (FREY, 2003).

Particularmente numa sociedade de massa, onde o processo político não é mais caracterizado pela interação direta entre os representantes e os representados, mas intermediado por uma esfera pública condicionada pelas mídias de massa, a consistência do processo de formação da vontade política depende da pluralidade e do acesso equitativo aos meios de comunicação. Nas sociedades contemporâneas as pessoas se confrontam com o risco da manipulação das percepções e opiniões pela exploração da superioridade que a comunicação de mão única, com predominância da televisão, proporciona aos comunicadores frente aos receptores, isto é, o espectador-eleitor.

Aumenta o perigo da exclusão de temas e problemas que não se enquadram nos padrões estabelecidos pelas mídias de massa e, finalmente, problemas sociais essenciais acabam não sendo trabalhados de forma adequada devido a uma tendência de aumento da política simbólica em detrimento da política material (WINKEL, 2001). Essas questões de certa forma afetam negativamente a democracia local.

A democracia representativa perde cada vez mais sua legitimidade diante de um eleitorado cada vez mais diversificado e heterogêneo. Crescentemente, a população vira as costas aos seus representantes e às questões públicas, dedicando-se exclusivamente às questões e interesses individuais ou grupais em detrimento dos interesses comuns. A tendência ao individualismo e consumismo, reforçada no plano ideológico, pelo avanço do ideário neoliberal e da valorização incondicional do princípio da competitividade e, no plano material, pelo aumento das incertezas de vida e pelo aumento das desigualdades sociais e econômicas, coloca em questão os fundamentos da democracia. Isto pode não valer para a democracia enquanto forma de Estado, mas certamente como forma de vida social, isto é, a preocupação para com o bem comum e a capacidade para a ação coletiva se enfraquecem e os laços de solidariedade tendem a afrouxar (FREY, 2003).

No que diz respeito ao Brasil ou de forma geral aos países com democracias pouco consolidadas deve-se levar em consideração um outro fator impeditivo para a consolidação da democracia: a predominância de estruturas e práticas clientelistas, patrimonialistas e de cooptação que tradicionalmente tem sido a base do sistema de dominância no Brasil e que implica na exclusão dos grupos sociais menos ou não organizados e dos interesses do bem comum dos processos de decisão. O discurso predominante da competitividade e da eficiência e eficácia (efetividade), aliado a uma prática de “destituição da fala e anulação da política” (OLIVEIRA, 1999) que ainda caracteriza boa parte das estratégias governamentais no Brasil, encontra-se, entretanto, em conflito com a tendência de democratização e pluralização das forças políticas. A emergência de movimentos sociais e o fortalecimento da sociedade civil organizada, assim como o papel cada vez mais significativo da mídia de massa no controle público da política coloca crescentemente em xeque a legitimidade do modelo político tradicional.

Em face da dicotomia de ações cada vez mais restritas das instâncias governamentais, ou seja, por um lado as reivindicações sociais crescentes visando a participação dos cidadãos de forma mais ampla nos processos de decisão política e por outro, os governos encontram-se hoje sob a constante pressão de repensar os canais de comunicação com a sociedade civil, sob pena de perda de mandato e de poder.

As dificuldades da democracia na gestão urbana caminham em paralelo com a governança e suas formas de atuação que devem aproximar os cidadãos dessas atividades coletivas, participativas e representativas.

Todos esses problemas e dificuldades reforçam a necessidade de discutir e aplicar os conceitos de governança eletrônica e de democracia eletrônica aplicados na gestão urbana, contemplando o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação e seus respectivos recursos na contribuição para a constante busca de novas formas de participação democrática e transparente na gestão pública das cidades.

1.2. Justificativa

Em função dos programas de ajuste estrutural que foram implementados em boa parte dos países nas últimas décadas, envolvendo políticas de austeridade, desregulação, privatização e uma retração geral do Estado da esfera econômica, o setor público está sofrendo grandes transformações, sobretudo um aumento da dependência das decisões de agentes econômicos privados. Em boa parte das cidades observa-se uma crescente perda de governabilidade. Faltam condições e ferramentas adequadas de gestão urbana para implementar iniciativas capazes de promover um desenvolvimento sustentável urbano, respeitando as exigências de justiça social. Faltam estruturas e instituições apropriadas de gestão urbana para estimular a ação coletiva e articular os diferentes atores locais em torno de objetivos comuns de desenvolvimento local (FREY, 2002).

Os recentes processos de transformação econômica e social exigem novos modelos inovadores de gestão urbana, assim como novos instrumentos, recursos tecnológicos, procedimentos e formas de ação adequadas para criar condições favoráveis que auxiliem os gestores públicos a lidar com os novos desafios da sociedade globalizada. Entretanto, a crescente complexidade dos processos locais de tomada de decisão e a ampliada agenda urbana – tornando cada vez mais relevantes temas como o desenvolvimento econômico local, a geração de emprego, a segurança pública e a poluição e deterioração ambiental – revelaram a incapacidade das instituições políticas e administrativas locais em atuar e gerir esses novos desafios para as políticas públicas locais (FREY, 2003).

Reconhecendo as novas potencialidades relacionadas à ampliação dos atores sociais envolvidos na gestão pública, a literatura vem crescentemente enfatizando o tema de “governança” (*governance*), salientando novas tendências de administração pública e de gestão de políticas públicas, particularmente a necessidade de mobilizar todo conhecimento disponível na sociedade em benefício da melhoria da performance administrativa e da democratização dos processos decisórios locais. De acordo com a concepção de governança urbana, a melhoria da qualidade de vida nas cidades não é negócio exclusivo de governo, mas sim tarefa e responsabilidade compartilhada entre todas as organizações e cidadãos que constituem o tecido institucional e social da cidade (CLAVEL et al., 1997; PUTNAM, 1995; 2000a; 2000b; SCHERER-WARREN, 1993; 1999; ABERS, 1998a; 1998b; FREY, 2002).

A concepção da governança pública e o entendimento da democracia ganham uma nova qualidade com a disseminação progressiva das novas tecnologias da informação e comunicação no setor público, na gestão urbana e na própria sociedade. O novo paradigma das tecnologias da informação representa a base material que permite a expansão penetrante de redes em toda a estrutura social da sociedade contemporânea (CASTELLS, 1999; 2000; 2001).

A cidade como sistema tem sido uma metáfora central para a gestão urbana na segunda metade do século 20. A abordagem sistêmica é essencialmente um método formalizado para determinar o papel dos componentes ou atores dentro da operação global desse sistema. As soluções eletrônicas são crescentemente uma parte da gestão e do desenvolvimento urbano (TURNER et al., 2000).

Observa-se que, ao longo do tempo, os governos brasileiros têm despendido somas crescentes de recursos públicos em tratamento e gestão da informação. O produto básico e dominante das organizações públicas não é físico e sim informacional (CASTOR, 2000).

As informações são fundamentais para aproximar os cidadãos da gestão urbana, mas a sua disseminação e compartilhamento necessitam dos recursos da tecnologia da informação e comunicação para contribuir na inclusão digital. Infelizmente a exclusão digital ainda é muito grande no Brasil, dificultando a gestão urbana em rede participativa. A exclusão digital pode ser entendida como o não acesso e o não uso da Internet e de seus recursos tecnológicos e informacionais.

Neste sentido, as tecnologias da informação e comunicação apresentam um potencial promissor para facilitar a participação dos cidadãos na gestão urbana, para assegurar uma maior interatividade entre os atores locais e, finalmente para transformar a gestão urbana em benefício da transparência administrativa, da ampliação da participação pública e do fortalecimento da democracia local.

2. REFERÊNCIAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Esse capítulo resgata e resume alguns conceitos que envolvem os temas gestão urbana, governança eletrônica e democracia eletrônica.

2.1. Gestão urbana

O conceito de gestão sob a ótica da administração está relacionado com o conjunto de recursos e a aplicação de atividades destinadas ao ato de gerir. O processo de gestão é uma função orgânica básica da administração. São processos mentais e físicos de estabelecer o que é desejável e como serão elaborados. Gestão é fazer administração nas organizações. Procura reunir planejamento estratégico e administração em um único processo (TAVARES, 2000; CHIAVENATO, 2000; MINTZBERG; QUINN, 2001).

A cidade é um organismo dinâmico de múltiplos contrastes e inúmeras dificuldades. Nesse sentido a gestão urbana deve desempenhar um papel relevante para contribuir na diminuição desses contrastes e dificuldades.

O “Estatuto da Cidade” que foi elaborado em 1990 e aprovado pela Câmara Federal em dezembro de 1999, destaca nas suas diretrizes gerais que a gestão urbana democrática é elaborada por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Também menciona que os instrumentos previstos que demandam dispêndio de recursos por parte do poder público municipal, devem ser objeto de controle social, garantindo a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil. Ainda, dedica um capítulo às formas de gestão democrática das cidades, com ênfase nos mecanismos que garantam o interesse público, o acesso à informação e o controle social sobre os processos decisórios das políticas e dos recursos públicos, nos vários níveis, assegurando a participação popular em geral, mediante a realização de orçamentos participativos, entre outros instrumentos.

A gestão urbana também pode ser entendida como governança urbana. Nesse sentido ela apresenta um novo conceito em gestão pública e política. Apesar de os conceitos teóricos de governança serem multifacetados (HIRST, 2000; RHODES, 2000), não há dúvida alguma sobre uma mudança substancial – tanto em política urbana quanto em teoria urbana – dos conceitos tradicionais, baseados no princípio da autoridade estatal, para abordagens de governança, frisando novas tendências de uma gestão compartilhada e interinstitucional que envolve o setor público, o setor produtivo, o crescente setor voluntário ou terceiro setor. A criação de redes e as parcerias públicas/privadas são processos políticos cada dia mais dominantes no novo mundo urbano fragmentado e são essenciais para a abordagem da governança. “Governar torna-se um processo interativo porque nenhum ator detém sozinho o conhecimento e a capacidade de recursos para resolver problemas unilateralmente” (STOKER, 2000).

A ampliação do debate da governança se deve certamente à retração do Estado promovida pelas estratégias neoliberais nas últimas duas décadas e à evidente incapacidade das instituições públicas enfraquecidas de lidar efetivamente com os crescentes problemas urbanos, ou em outras palavras: “A governança é a face aceitável dos cortes de gastos” (STOKER, 2000 apud RHODES, 2000). Essa afirmação polêmica revela a ambigüidade da abordagem da governança. Se por um lado ela propõe ser uma abordagem neutra, visando descrever as transformações que estão realmente acontecendo nos sistemas político-administrativos modernos, por outro lado, existem evidências claras do fundo ideológico das diferentes concepções. Em geral pode-se distinguir entre versões de governança que enfatizam como objetivos principais o aumento da efetividade em aspectos governamentais, e outros que focalizam sobretudo o potencial democrático e emancipatório de novas abordagens da governança (FREY, 1996; 2002).

Mais intensamente discutido na literatura internacional é a abordagem da “boa governança”, promovida por agências de desenvolvimento internacional como o Banco Mundial e a UNDP (2003). Essas agências internacionais defendem a criação de uma estrutura política, administrativa e social estável, como um componente indispensável para

a modernização econômica ou como uma pré-condição para a promoção de um desenvolvimento humano sustentável (RHODES, 2000; HIRST, 2000). Enquanto que no conceito da UNDP o foco recai na redução da pobreza, criação e garantia de empregos, proteção e regeneração ambiental e no avanço das mulheres (UNDP, 2003), na versão defendida pelo Banco Mundial, o escopo da decisão democrática é determinado pelas necessidades e expectativas dos mercados: “Essencialmente, ele deve se concentrar em políticas que façam os mercados funcionar e que dêem a eles *inputs* sociais apropriados de baixo custo, como educação e saúde” (HIRST, 2000).

De modo semelhante, o novo modelo de gerenciamento de serviços públicos sugerido pelo movimento da “nova administração pública” (*new public management*), tem como ponto focal o melhoramento da qualidade de vida por meio de novas formas compartilhadas de prestação de serviços. No entanto, ao transferir – dentro de diretrizes e metas políticas e administrativas gerais – a prestação de serviços públicos para agências autogerenciadas, grande parte das decisões de caráter político acabam retiradas da agenda política e dos debates públicas, cabendo à participação política um papel subordinado ou meramente instrumental (RHODES, 2000; HIRST, 2000). Há outras abordagens como “governança como um sistema sócio-cibernético” ou “governança como a nova economia política” (RHODES, 2000), onde a preocupação com o aumento da efetividade está também no centro da discussão, em detrimento do potencial democrático e emancipatório.

É na abordagem de rede que a dimensão do poder se torna mais evidente. Visto que estratégias de gerenciamento baseadas na coordenação de redes dependem da existência de confiança mútua e de um ambiente de cooperação, tais estratégias podem ser vistas como mecanismos alternativos de coordenação e alocação de recursos a mercados, baseados na competição de preços, como também a burocracias, baseadas em ordens administrativas (RHODES, 2000). As redes dependem da interdependência entre as organizações e também do princípio da auto-organização. Entretanto, também dentro da abordagem de rede existem diferenças com relação ao julgamento da capacidade do Estado de direcionar tais redes e ao necessário grau de independência perante as autoridades estatais.

Numa versão mais emancipatória o conceito de governança “tem relação com as novas práticas de coordenação de atividades por meio de redes, parcerias e fóruns deliberativos que cresceram nas ruínas da representação corporativista mais centralizada e hierárquica do período até os anos 70” (HIRST, 2000). Esse tipo de “governança social negociada” pode ser considerado “um novo estilo de governança e como uma fonte de novos experimentos na prática democrática” (HIRST, 2000). Nessa perspectiva a abordagem da governança pode ser vista como uma possibilidade de restaurar a legitimidade do sistema político pela criação de novos canais de participação e parcerias entre o setor público e o setor privado ou iniciativas voluntárias, contribuindo para novas formas democráticas de interação público-privada. Na abordagem de governança emancipatória, a ênfase está no aumento de poder social, ou seja, a inclusão e o fortalecimento dos não-poderosos nos processos de tomada de decisão política, enquanto que a efetividade administrativa é considerada um objetivo subordinado. Não obstante as divergências que os diversos conceitos de governança apresentam, em todas as concepções de governança discutidas ganham

destaque as redes sociais e informacionais como base estrutural de qualquer sistema e cooperação público-privada na nova sociedade da informação (FREY, 2002).

Resumindo, a gestão urbana pode ser entendida como o conjunto de recursos instrumentos da administração aplicados na cidade como um todo, visando a qualidade da infra-estrutura e dos serviços urbanos, propiciando as melhores condições de vida e aproximando os cidadãos nas decisões e ações da governança pública, utilizando para isso, os recursos da tecnologia da informação e comunicação por meio da governança e democracia eletrônica.

2.2. Governança eletrônica

A governança pode ser traduzida como a capacidade financeira e administrativa de implementar políticas públicas que objetiva tornar o Estado mais forte e menor pela superação da crise fiscal, pela delimitação da sua área de atuação, distinção entre o núcleo estratégico e as unidades descentralizadas, pelo estabelecimento de uma elite política capaz de tomar as decisões necessárias e pela dotação de uma burocracia capaz e motivada (CUNHA, 2000).

Os termos “governança e democracia eletrônica” têm foco no uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) aplicadas às atividades e ações de governo, seja de governo para governo ou em especial, de governo para com a sociedade e seus cidadãos.

A TIC ou simplesmente tecnologia da informação (TI) é conceituada como o conjunto de recursos computacionais que guardam e manipulam dados e geram informações e conhecimentos por meio de seus componentes. Os componentes da TI são: hardware e seus dispositivos e periféricos; software e seus recursos; sistemas de telecomunicações; e gestão de dados e informações (REZENDE, 2002; REZENDE; ABREU, 2003).

Pela implementação continuada de redes de computadores, softwares e bancos de dados, *web browsers*, e portais os cidadãos obtêm informações que podem ser compartilhadas de forma oportuna. As aplicações ou serviços *real-time* se tornam mais operáveis e consistentes, estabelecendo uma maior conectividade entre os cidadãos e o governo e resultando na melhoria da responsabilidade e transparência da gestão urbana (WAISANEN, 2002).

O termo governo eletrônico tem foco no uso das novas tecnologias de informação e comunicação aplicadas a um amplo arco das funções de governo e, em especial, deste para com a sociedade. Em termos gerais pode-se pensar nas seguintes relações sustentadas pelo governo eletrônico: aplicações *web* com foco para o segmento governo-negócio [G2B]; aplicações *web* voltadas para a relação governo-cidadão [G2C]; e aplicações *web* referentes a estratégias governo-governo [G2G]. Em conjunto, o governo eletrônico além de promover essas relações em tempo real e de forma efetiva, seria ainda, potencializador de boas práticas de governança e catalisador de uma mudança profunda nas estruturas de governo, proporcionando mais efetividade, transparência e desenvolvimento, além do provimento democrático de informações para decisão. Se esse potencial será efetivado, dependerá das decisões e desenhos de diversas políticas de médio e longo prazo delineadas nos próximos anos para esse campo (RUEDIGER, 2002).

O governo eletrônico não pode ser considerado um “produto” acabado, mas, considerando sua natureza eminentemente política, bem como pública, deve necessariamente ser percebido como um processo em constante desenvolvimento. É uma oportunidade de constituir um “estado virtual” efetivamente promotor de mudanças institucionais e transparência de governo, que, ao mesmo tempo, promova uma reinvenção do próprio governo real. O governo eletrônico poderia ser considerado, dentro de uma perspectiva mais ampla, uma possível chave para promoção de acessibilidade as informações fundamentais para articulação de apoios, capacitação de muitos grupos de pressão, incremento da capacidade cívica e de capital social, além da promoção do desenvolvimento econômico e de relações mais democráticas e transparentes entre governo e sociedade civil. Em termos gerais, crescem as relações do governo com os demais atores nos planos virtual e real (RUEDIGER, 2002).

A *e-governança* pode ser composta de tecnologia, pessoas e governos locais.

Não envolve só administrar tecnologia mas também gerir mudança organizacional, pois sempre existem cidades criando serviços na Internet, distribuindo informações e se comunicando com seus cidadãos e parceiros de negócios, disponibilizando serviços online, elaborando transações financeiras on-line, e também administrando negócios.

A governança eletrônica ou *e-governança* (e-gov) pode ser entendida como a aplicação dos recursos da TI na gestão pública e política das organizações desse tipo.

2.3. A reforma do Estado e a governança eletrônica

O Século XXI inicia-se demonstrando as crescentes contradições sobre a organização da sociedade humana. O tema da crise ressurge em varias áreas: política, ciência, social. No bojo de todas as pretensas crises, a mais propalada, tanto pelos setores de esquerda quanto os de direita, é a crise do Estado nação. É dentro desta divulgação de uma "crise do Estado" que os governantes brasileiros propõem uma Reforma do Aparelho do Estado.

Há 10 anos atrás, constata-se que o governo Itamar Franco agilizou as negociações do MERCOSUL e, dada a estabilidade econômica conseguida após o Plano Real, o país passou a ter uma taxa de crescimento econômico positiva. No plano administrativo, continuou a discussão da reforma da previdência social e a reforma dentro do funcionalismo público, e o corte dos gastos do governo. Com o plano de estabilização econômica, criou-se o Fundo Social da Emergência (1993), buscando uma fonte extra de recursos para o Estado, com o intuito de manter a estabilidade econômica e a criação de uma nova moeda, o real.

Foi, no entanto, com o governo Fernando Henrique Cardoso, eleito com o ganho político da estabilização econômica e controle da inflação - Plano Real, que a proposta de reforma do aparelho do Estado tomou força. O governo FHC, visto como um governo de alianças e coalizões, buscou dar um direcionamento à abertura econômica, reforma do aparelho do Estado e inserção do país na economia mundial, tornando ativo o MERCOSUL.

O documento aprovado pelo Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, coloca na sua apresentação a tese central de crise do Estado, associando-a aos modelos de desenvolvimento adotados pelos governos passados. Como objetivo, o Plano Diretor coloca que a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. No Plano Diretor verifica-se a relação direta entre crescimento econômico e desenvolvimento social, ao atestar que o Estado ao se desviar de suas funções prejudica os mais pobres. Numa argumentação que defende a proposta da reforma do aparelho do Estado, o documento afirma ser contra a tese de Estado mínimo e esclarece que o esforço é no sentido de fortalecimento do Estado para que sejam eficazes suas ações reguladoras, no quadro de uma economia de mercado (COSTA, 1998).

Com o discurso da neutralidade, o documento do governo coloca que o objetivo da reforma do Estado é a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais.

Tomando como fatalidade a globalização econômica, o plano diretor argumenta a necessidade de rever as esferas decisórias do Estado. O processo de globalização requereu a proteção dos cidadãos e a exigência de um Estado mais barato, mais efetivo, e que apresentasse um custo menor para as empresas nacionais operando no mercado internacional. Surge no texto da Introdução a figura central dos cidadãos. A despolitização da crise do Estado é assegurada ao tratar com conceitos de cidadania, administração gerencial, efetividade e descentralização. Assim, a esfera pública aparece no discurso do governo como algo essencialmente técnico e dissociado de interesses de classes. A qualidade e a produtividade do serviço público é a meta buscada. Para tanto, duas áreas são estratégicas: a reforma administrativa e a reforma previdenciária. As reformas são colocadas como mera questão técnica, sem conotações de ordem classista.

Por outro lado, a reforma administrativa do governo será efetiva se implementada com governança. A governança é a capacidade financeira e administrativa de implementar políticas públicas, objetivando tornar o Estado mais forte e enxuto pela superação da crise fiscal, delimitação de sua área de atuação, distinção entre o núcleo estratégico e as unidades descentralizadas, geração de uma elite política capaz de tomar as decisões necessárias e pela criação de uma democracia capaz e motivada (COSTA, 1998).

Com relação a governança eletrônica, ela não pode ser considerada como a simples expansão do uso da tecnologia da informação pelos governos, ou a disseminação de aplicações que envolvam diretamente os cidadãos em suas relações com os governos. É impossível falar de governança eletrônica sem considerar também a utilização da tecnologia da informação pelas organizações da sociedade civil em seus relacionamentos com os governos. Este fato evidencia o papel relevante da transformação dessas organizações pelo uso de recursos tecnológicos, em especial dos ambientes mediados por computador (ENDLER, 2000).

Assim como a governança eletrônica depende da modificação dos padrões de relacionamento entre a sociedade civil e governos, sua implementação exige também a consolidação de um padrão de uso intensivo das TIC no interior das organizações estatais. Desta forma alguns requisitos de práticas de trabalho são necessários.

Um deles é evitar que o cidadão seja tratado apenas como cliente, não como cidadão. Isto significa que os padrões de adoção da TIC na prestação de serviços públicos não podem reduzir o usuário a atendimentos simples e sem vínculo com sua condição de portador de direitos. Os serviços prestados ao cidadão devem ter objetivos estratégicos como: efetividade, descentralização, “accountability”, melhoria na gestão de recursos, adoção de práticas de gestão de mercado e democratização (CUNHA, 2000; HEEKS; BHATNAGAR; 1999). A garantia da impessoalidade no acesso aos serviços, sua clara definição como bens de acesso universal, a transparência nos critérios de decisão, também são elementos que devem ser considerados, contribuindo para a construção de condições de transparência que reforcem a idéia de governança eletrônica.

A governança eletrônica deve oferecer serviços ao cidadão de forma descentralizada, com respostas rápidas e nível de decisão local. Esta característica aumenta a efetividade, tornando a relação de entradas e saídas de processos maiores. Ao mesmo tempo, o cidadão deve ser envolvido nas decisões e ações do setor público, aumentando o grau de democratização das decisões. Este aumento de envolvimento acarreta também o aumento de “accountability”, aumentando a pressão sobre os atores do setor público para que desempenhem bem suas funções, fazendo com que estes sejam responsáveis por suas decisões, fato que acarreta a diminuição da corrupção através de decisões tomadas de forma transparente.

Promover a ampla circulação de informações sem submergir o cidadão em um oceano de dados é também um fator importante a ser levado em consideração. A disponibilidade de um grande volume de dados não significa, necessariamente, melhorar as condições de consumo dos serviços públicos pelos cidadãos-usuários, nem necessariamente dotá-los de maior capacidade de exercício do controle social. Ao contrário, um volume excessivo de dados pode, na verdade, servir para desinformar o cidadão, se não houver uma organização e práticas de trabalho que facilitem sua seleção e utilização.

A modificação das práticas de trabalho está fortemente vinculada a mudanças na forma de pensar dos servidores. A governança eletrônica requer uma equipe de projeto para alinhar seus esforços de inovação com os objetivos da organização. Para que as transformações nas organizações públicas sejam efetivas a equipe de projeto, com o auxílio de gestores públicos de peso, necessita modificar a cultura organizacional, promovendo a motivação e o envolvimento dos servidores para participarem do processo de modernização.

Estas transformações exigem dos gestores públicos, alguns desafios significativos que dizem respeito aos seus processos decisórios. Um deles é o de dimensionar corretamente os investimentos em tecnologia da informação. As decisões exigem uma adequada avaliação da relação custo-benefício, pois o ritmo de surgimento de novos produtos e aplicações tende a ser muito mais rápido que o crescimento do volume de recursos disponível para investimento. Desta forma, os gestores públicos, devem encarar a tecnologia da informação como ferramenta importante e potente, mas não como solução mágica. A tecnologia não pode ser encarada como objetivo em si, mas como meio. Portanto, as decisões mais importantes neste campo são aquelas referentes ao estabelecimento adequado das prioridades de adoção de tecnologia da informação.

Esses tipos de decisões acarretam aos gestores uma presença cotidiana de problemas decisórios de ordem tecnológica anteriormente não existente. Uma nova postura surge entra o papel de gestor e o de especialistas. É importante para o gestor público, entender a tecnologia da informação como um recurso estratégico sob seu domínio, e não como algo cujo entendimento e julgamento deve ficar somente a cargo dos especialistas.

O uso da Internet pela administração pública já é antigo. Um dos casos famosos é a da cidade de Santa Mônica, na Califórnia em 1989. É um exemplo de democracia eletrônica através da participação interativa dos cidadãos em uma rede pública. Esta rede proporciona acesso a informações públicas e fórum para discussão de problemas de ordem pública. A expansão do uso da Internet, todavia, não se pode fazer apenas pelo campo da oferta, sem promover a formulação e implantação de políticas de inclusão digital. Caso contrário privilegia-se com informação e com aumento de poder daqueles que já o detém. Pois o acesso ao computador, amplamente disseminado, produz uma sociedade mais democrática, igualitária e diversificada (KOHLS, 1999).

A inclusão digital dos indivíduos como das organizações da sociedade civil, pode propiciar, especialmente no nível local, como uma cidade, o surgimento de aplicações de ambientes mediados por computador que transcendam os limites institucionais da administração pública. Estas redes comunitárias locais ou temáticas podem ser implementadas pelas TIC, por meio de portais municipais que podem ser geridos no âmbito da sociedade, em colaboração com os governos, para contribuir na realização efetiva da reforma administrativa do Estado (BETINI; REZENDE; FREY, 2003).

2.4. Democracia eletrônica

A democracia eletrônica ou *e-democracy* representa o uso das estratégias democráticas de gestão e de tecnologia da informação e comunicação pelos mais diversos atores democráticos (governo, representantes oficiais eleitos, mídia, organizações políticas, cidadãos etc) dentro de processos políticos e de governança de comunidades locais e internacionais. Para muitos, a *e-democracy* sugere participação dos cidadãos com mais habilidade no uso da Internet, das comunicações móveis e de outras tecnologias. Por outro lado, exige uma participação mais ativa nas variadas formas de envolvimento dos cidadãos nos desafios públicos (CLIFT, 2003).

Mesmo que cada vez mais os municípios criam seus próprios *sites* e investem na prestação de serviços *on-line*, são ainda poucas as experiências de governança eletrônica que enfocam a participação política e a intensificação da comunicação nas comunidades locais como objetivo preferencial. As mais interessantes experiências provêm dos países mais desenvolvidos e, particularmente, do nível local. Um crescente número de municípios está experimentando com a implementação de redes cívicas e outras formas de participação *on-line*, cujo objetivo é o fortalecimento das comunidades locais e a experimentação com novas formas de participação democrática (FREY, 2002; TSAGAROUSIANOU et al., 1998).

Em geral, pode-se dizer que as redes cívicas visam não apenas a difusão das TIC, mas primeiramente a busca por um ambiente mais interativo nas comunidades locais. Em geral, a tecnologia é considerada uma ferramenta, por um lado, para a criação de uma administração mais amigável ao usuário e mais efetiva, e por outro lado para revigorar as comunidades locais, fortalecer laços sociais e de solidariedade, e aumentar a participação política em processos locais de tomada de decisão.

No que diz respeito à questão do acesso à Internet as experiências mostram que certamente não é suficiente a criação de aplicativos de Internet que visam ampliar a participação política, se de outro lado não existem esforços explícitos de criar pontos de acesso público para possibilitar ao cidadão comum o envolvimento em tais processos.

Enquanto nos países economicamente mais desenvolvidos o próprio mercado tende a reduzir a exclusão digital, impõe-se, no caso dos países em desenvolvimento, a necessidade de considerar o acesso às redes de comunicação como um serviço de responsabilidade pública. Na medida em que, na sociedade da informação, o acesso às redes eletrônicas se torna indispensável para a participação efetiva na vida econômica, social e política, este serviço deve ser considerado de responsabilidade pública tanto quanto a construção de estradas e a criação de sistemas de transporte público na sociedade industrial (FREY, 2002).

Decisivo para o sucesso de redes cívicas é certamente também o investimento em campanhas de educação na linguagem digital. Experiências como em Bolonha (FREY, 2002, TAMBINI, 1998) evidenciam as vantagens de trabalhar com grupos-alvo específicos – idosos, adolescentes – e envolvendo grupos organizados da sociedade civil em tais campanhas. Porém, deve-se levar em consideração que existem restrições graves, particularmente em países com grandes taxas de analfabetismo como é o caso do Brasil, visto que a alfabetização digital não pode substituir a alfabetização básica. Portanto, uma grande parte da população, excluída da vida política na sociedade industrial, continuará excluída na sociedade da informação, sem avanços significativos na educação básica.

No que diz respeito à criação de comunidades e fóruns de discussão e deliberação virtuais existem avaliações divergentes, particularmente no que tange o papel das autoridades públicas. Alguns autores defendem a independência de projetos de democracia eletrônica do poder estatal, alegando uma principal oposição de interesses entre as concepções do poder administrativo e dos interesses da sociedade (DAHLBERG, 2001). Em contraposição, partimos porém da suposição de que o fato do poder público assumir responsabilidade referente à estimulação, organização e mediação de tais fóruns não precisa ser necessariamente um obstáculo para uma efetiva democracia eletrônica, sob a condição porém de que o controle social é assegurado pela própria comunidade local. Apenas no caso de um comprometimento explícito do governo local, tais fóruns podem se transformar em algo mais do que um passatempo estimulante. Um engajamento ativo por parte dos governos locais e eventualmente da Câmara Municipal parece pré-condição para que as contribuições da população local possam ter a chance de influenciar efetivamente os processos de tomada de decisão política e ter impactos concretos nos processos de desenvolvimento e planejamento.

Para conseguir estabelecer fóruns de discussão capazes de contribuir para a solução de problemas concretos, parece indicado que representantes dos governos locais forneçam a essas comunidades virtuais as informações necessárias relacionadas a projetos e programas locais, interferem nas discussões com sugestões, informações adicionais, contestações etc.

Debates democráticos, por outro lado, só devem funcionar bem dentro de regras gerais que garantem um processo consistente e justo de deliberação democrática, para que a racionalidade comunicativa possa se desenvolver. Recomenda-se por isso o envolvimento de mediadores neutros cuja função principal seria de interferir em casos de conflitos extremos, para garantir a “netiquette” que cada participante deveria assinar e para promover a interatividade no processo deliberativo. Experiências com grupos abertos e não conduzidos de discussão mostram que as discussões de tais grupos tendem a esgotar-se ou a transformar-se em arenas de autoprojeção ou mera “chat-room” conversação, perdendo com isso a sua função original de fóruns engajados na solução de problemas. Particularmente nos países em desenvolvimento com suas grandes desigualdades sociais e com amplos setores da sociedade excluídos dos processos de decisão política, um papel ativo do setor governamental parece indispensável para estratégias de governança eletrônica que visam revigorar as práticas democráticas. Isso significa por outro lado que o avanço da democracia eletrônica depende da capacidade e disposição do governo local de considerar este novo recurso tecnológico como elemento fundamental dentro de suas estratégias de reforma administrativa, participação política e desenvolvimento urbano (FREY, 2002; 2003).

2.5. A controvérsia acerca do potencial democrático das TIC

Defensores do mundo virtual ou digital como Negroponte (1995) estão convencidos de que redes globais de infra-estrutura de comunicação, exploradas por atores privados, serão instrumentos decisivos para promover a democracia, o desenvolvimento e a solidariedade e para resolver as grandes desigualdades sociais do planeta (SFEZ, 2000). Enquanto instituições territoriais tradicionais eram mais hierárquicas e rígidas, a Internet tende a privilegiar modos de relacionamento transversais e estruturas mais fluídas, mais alinhadas com as estruturas de rede que caracterizam os processos sociais e políticos nas democracias modernas. Deve-se esperar, portanto, efeitos significativos dessas redes eletrônicas não apenas no âmbito do *big business*, mas também nos âmbitos da sociedade, a cultura e das instituições políticas (SASSEN, 1997).

Não pode haver dúvidas de que redes eletrônicas transformam as dimensões de tempo e espaço. A informação é transmitida em tempo real e os contatos podem ser estabelecidos imediatamente e independentemente da distância espacial. A comunicação em rede garante, de princípio, um acesso universal, confortável, não filtrado e de baixo custo a informações e processos políticos. Entretanto, o potencial democrático específico da Internet baseia-se em sua estrutura não-hierárquica e cibernética que, em princípio, favorece a interatividade.

A comunicação de mão dupla que se torna possível na Internet se contrapõe a comunicação de mão única que prevalece nas mídias de comunicação de massa. Enquanto por exemplo, na televisão os debates públicos são conduzidos em geral pelos líderes de opinião, sem uma

participação ativa dos cidadãos comuns, parece que na Internet surgem novas possibilidades de criação de uma esfera pública interativa, um tipo de agora eletrônica, sobretudo devido à vantagem da dissolução do espaço enquanto condição de comunicação (SASSEN, 1997). Em todos os níveis do processo político os *ciber-optimistas* esperam impactos positivos para a revitalização democrática. O acesso à informação e a documentos administrativos ou políticos se torna mais fácil, novas chances se abrem do ponto de vista das possibilidades discursivas em função da criação de novos e complementares caminhos de comunicação entre os cidadãos e entre cidadãos e autoridades públicas e finalmente, no âmbito das decisões políticas, é possível de se imaginar a paulatina substituição de procedimentos representativos por novas formas de democracia direta (WINKEL, 2001).

Um outro possível efeito democratizante consiste na expectativa de que os fatores idade, sexo, cor ou raça perdem relativamente de relevância no ciberespaço, uma vez que “a entrada dos atores na Internet não depende de uma situação preestabelecida, mas apenas da sua ação no presente momento” (SFEZ, 2000). Finalmente, existem expectativas de que cidadãos que normalmente são mais relutantes em se engajar em debates públicos poderiam ser ganhos para processos de tomada de decisão política, visto que a comunicação por e-mail reduz os riscos da exposição pessoal que caracteriza tanto a comunicação face-a-face quanto os debates em arenas públicas (GRAHAM, 1999).

Mas não deve haver dúvidas de que a utilização das TIC nessa maneira emancipatória e democrática não vai ocorrer automaticamente. Isso depende sobretudo de vontade política. Não será a Internet que potencializará a participação política. A *World Wide Web* não foi criada com a finalidade de promover cidadania democrática, mas tem sem dúvida grandes potencialidades democráticas e pode ser usada para renovar modos de participação política e tomada de decisões. O problema é, de acordo com Bryan e Tatam (1999), que “a Internet não foi desenvolvida no vazio e existem pressões externas que vão continuar a moldar seu desenvolvimento, utilização e finalmente sua forma”.

Os *ciber-pessimistas* temem inclusive que o “declínio da esfera pública” – segundo Sennet (1986) a tendência fundamental de uma sociedade moderna, cada vez mais caracterizada pela “tirania da intimidade” e voltada para a vida privada, – poderia tomar novas feições, na medida em que a criação de novas instâncias de seleção na *World Wide Web*, indispensável diante de uma inundação generalizada com informações, fortalece ainda mais o processo de diferenciação cultural. A aparente vantagem da Internet, que ela possibilita escolher entre ofertas imensas e diversificadas de informação e de acordo com preferências e necessidades informacionais particulares, significa por outro lado que os cidadãos dedicam cada vez menos atenção às questões de interesse comum e que vão além das prioridades individuais de percepção. Essa tendência, de acordo com os *ciber-pessimistas*, coloca em xeque uma das premissas da idéia de uma democracia sustentada por uma esfera pública e política: a manutenção de um foco de atenção comum e de uma base de conhecimento coletiva e partilhada (WINKEL, 2001).

Outro argumento crítico se refere às disparidades intra e intersociais, expressas nas discussões acerca da exclusão digital (digital divide), que para muitos já coloca em questão qualquer possibilidade de democracia eletrônica efetiva. Se a grande maioria não tem, e não terá ainda por muito tempo, acesso à rede mundial e não dispõe das condições

materiais, técnicas e intelectuais mínimas para tal participação por meio virtual, a democracia eletrônica será, quanto muito, imaginável apenas comodocracia de elite. As chances da participação democrática e de novas formas de educação e formação estariam apenas ao alcance daqueles setores e grupos sociais que já hoje participam sobremaneira da vida pública. Tem-se no âmbito da Internet nada mais do que uma duplicação da desigualdade existente na vida real (GUGGENBERGER, 1999, WINKEL, 2001).

A apresentação dessas controvérsias acerca do potencial democrático das TIC visa chamar a atenção para as novas chances democráticas abertas pelo uso das TIC no âmbito político e administrativo, sem porém esquecer os riscos existentes e possíveis entraves que qualquer estratégia de *e-governance* terá que enfrentar. Defende-se uma posição pragmática que busca explorar as vantagens específicas desse novo meio de informação e comunicação e minimizar as desvantagens e riscos democráticos. Parte-se portanto do pressuposto de que o avanço das TIC continuará influenciando a esfera política e tende a reproduzir ou até exacerbar os vícios, inconsistências e desequilíbrios próprios do sistema político real, pelo menos se não houver uma estratégia política explícita visando a democratização do novo mundo virtual. Além disso, é preciso reconhecer que o mundo virtual não é um espaço isolado do mundo real, mas que o desafio principal existe na busca de uma sinergia positiva entre a esfera pública virtual e a real, entre a participação virtual e a participação real no sistema político tradicional.

3. POSICIONAMENTO E AGENDA DE PESQUISA

Esse capítulo descreve um breve posicionamento dos autores desse *position paper* e como conseqüência uma agenda desafiadora e norteadora de pesquisas desses professores e seus respectivos orientados no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Gestão Urbana (PPGTU).

3.1. Pareceres dos autores

Internacionalmente a sociedade civil global está se organizando com o objetivo de preparar propostas para eventos relacionados com o tema exposto, tais como o *Global Summit on the Information Society* (Genebra em 2003 e Tunis em 2005). O movimento dos ‘civic networks’ adquiriu uma dimensão igualmente global, com o propósito de renovar a vida social e democrática na sociedade da informação contemporânea.

Localmente, o número de iniciativas governamentais e não-governamentais, experimentando com novas formas de participação via Internet e demais recursos da tecnologia da informação e comunicação, está crescendo constantemente. Apesar da tendência dominante de um ciberespaço crescentemente privatizado e comercializado, e de um desenvolvimento do setor de telecomunicação marcado pela lógica do mercado e do lucro rápido, todas essas iniciativas indicam possibilidades de o ciberespaço futuramente operar como um espaço de experimentação democrática capaz de contribuir para o aprofundamento da democracia, da governança e da gestão urbana.

Se, como salienta Castells (2000), “o Estado na era da informação é um Estado em rede, um Estado constituído por um complexo *web* de compartilhamento de poder e de formas

negociadas de tomada de decisão entre instituições políticas internacionais, multinacionais, nacionais, regionais, locais e não-governamentais”, então se torna indispensável que as pessoas estejam preparadas e treinadas para essas novas práticas de coordenação social e de tomada de decisão. Iniciativas como redes cívicas, fóruns de discussão e sistemas de mediação *on-line*, são fundamentais para preparar as instituições e organizações para essas novas formas de “governança social negociada” (HIRST, 2000), e para capacitar os cidadãos na arte de conversação, negociação, argumentação e deliberação.

Enquanto as democracias representativas liberais parecem funcionar melhor no contexto de uma *civic culture*, em que o cidadão não é necessariamente racional e ativo, mas “pode combinar algum grau de competência, envolvimento e atividade com passividade e não-envolvimento” (ALMOND, VERBA, 1963), dando suporte a um modelo elitista de tomada de decisão política, a emergente sociedade em rede se mostra bem mais severa: ou se faz parte da rede e se está habilitado para explorar as oportunidades que as novas tecnologias e as redes sociais oferecem, ou se está condenado a ficar à margem dos processos sociais e políticos, ou seja, “sendo desligado significa estar condenado à marginalidade” (CASTELLS, 2001).

Até hoje, a relevância efetiva do ciberespaço para a governança urbana é ainda muito limitada. As decisões mais importantes na política municipal são ainda tomadas nos fóruns e redes tradicionais, de caráter formal ou informal. Talvez seja isto, ao lado da exclusão digital, uma das restrições principais para projetos de democracia eletrônica local. Enquanto o ciberespaço não é valorizado por parte do sistema político-administrativo como esfera política alternativa de formação de opinião e de tomada de decisão, projetos de e-democracia são condenados ao fracasso ou a uma relevância marginal na vida política. De qualquer forma, reconhece-se e considera-se fundamental os avanços na exploração da Internet como uma ferramenta de organização social da sociedade civil.

No futuro deve-se esperar que formas alternativas de participação cidadã, alinhadas com as necessidades e expectativas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, desempenharão um papel muito mais importante para a legitimidade política do que o sistema representativo tradicional. A participação política via Internet pode se tornar um canal adicional dentro de uma variedade de novas formas de engajamento cívico e participação democrática. A e-democracia certamente não substituirá a forma tradicional do processo político representativo, mas pode sim complementá-la de uma maneira que novos padrões democráticos podem emergir, ampliando o envolvimento público na deliberação democrática. Além disso, a democracia virtual tem que ser relacionada aos problemas reais que as comunidades locais estão enfrentando. Trata-se da necessidade de “pensar a articulação de dois espaços qualitativamente muito diferentes, o do território e o da inteligência coletiva” (LÉVY, 2000).

Em um mundo cada vez mais caracterizado pelo individualismo e consumismo e simultaneamente, por uma capacidade decrescente das agências estatais em promover o bem-estar social, crescem as expectativas que a Internet e os recursos das TIC poderiam contribuir para um aumento da confiabilidade, para o fortalecimento dos laços sociais nas comunidades locais e, por conseguinte, para a mitigação dos efeitos sociais negativos de nosso sistema econômico liberal de mercado. Entretanto, não se deve acreditar que a

Internet vai fomentar por si só, sem uma intervenção institucional declarada, a formação de tais redes sociais e cívicas. Ao contrário, existem indícios claros que boa parte dos usuários da Internet estão muito mais preocupados em curtir e aprofundar suas predileções individuais no âmbito de comunidades de interesse do que no bem-estar de seus vizinhos no âmbito das comunidades territoriais.

Diante de todo o posicionamento exposto, as tecnologias da informação e comunicação por meio de aplicações em governança e democracia eletrônica, podem apresentar um potencial promissor para facilitar a participação dos cidadãos na gestão urbana, para assegurar uma maior interatividade entre os atores locais e também para transformar a gestão urbana participativa em benefício da transparência administrativa, da ampliação da participação pública e do fortalecimento da democracia local e suas redes de relacionamentos.

3.2. Agenda de pesquisa

A seguir são apresentados brevemente alguns instrumentos de gestão urbana como possíveis objetos de investigação das pesquisas acadêmicas empíricas e práticas a serem desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Gestão Urbana (PPGTU), tendo como foco principal a inter-relação com a discussão teórico-conceitual apresentada. Assim, destacam-se algumas indicações desafiadoras de colocar em prática a interdisciplinaridade no Mestrado em Gestão Urbana, tanto no âmbito da pesquisa, quanto do ensino e extensão.

Como uma das formas de se aumentar o conhecimento sobre os temas que envolvem governança eletrônica e democracia eletrônica aplicados na gestão urbana, pode ser recomendada a seguinte agenda de pesquisa:

☞☞ mapeamento da literatura científica internacional sobre governança eletrônica, democracia local e democracia eletrônica, seguindo três eixos básicos de investigação teórica:

?? potenciais e limites das novas tecnologias da informação e comunicação para o fortalecimento da democracia local e seus relacionamentos em redes colaborativas e participativas;

?? gestão estratégica das informações e do conhecimento na nova gestão urbana e na efetiva atuação de seus gestores;

?? potenciais das ferramentas tecnológicas disponíveis para o desenvolvimento de um sistema de informação e comunicação para uma gestão urbana interativa;

☞☞ concepção de um sistema público de informação e comunicação para fundamentar uma gestão democrática da cidade, com exigências em termos de estratégias públicas, políticas, estruturas e tecnologias;

☞☞ modelagem de informações e conhecimentos para um protótipo de sistema de informação e conhecimento em gestão urbana, nos níveis operacionais, táticos e estratégicos;

☞☞ desenvolvimento de um protótipo de sistema público de comunicação das informações, com respectivas infra-estruturas tecnológicas;

☞☞ implantação de protótipos e testes de funcionamento em uma comunidade a ser definida e em cooperação com governo local;

☞☞ avaliação do funcionamento do sistema de informação, comunicação e conhecimento implementado de acordo com os três eixos básicos de investigação teórica;

- ☞ análise crítica da metodologia e do processo de implementação dos sistemas na comunidade e nos processos político-administrativos locais;
- ☞ criação de um *database* com experiências nacionais e internacionais em “egovernança, e-democracia e democracia local”;
- ☞ edição de um *newsletter* periódico como base para um centro de informação e documentação (em cooperação com o Instituto Ágora – Cidadania Interativa);
- ☞ e outros temas relacionados com governança e democracia eletrônica na gestão urbana.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. **Learning democratic practice**: distributing government resources through popular participation in Porto Alegre, Brazil. In: Douglass, M.; Friedmann, J. (orgs.). *Cities for Citizens. Planning and the rise of civil society in a global age*. Chichester: John Wiley & Sons, p. 39-65, 1998 (a).
- ABERS, R. **From clientelism to cooperation**: local government, participatory policy, and civic organizing in Porto Alegre, Brazil. In: *Politics & Society*, v.26, n.4, p. 511-537. Dezembro, 1998 (b).
- AKUTSU, L.; PINHO, J. A. G. Sociedade da Informação, Accountability e Democracia Delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ANPAD, 2002.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The civic culture**. Princenton: UP, 1963.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Jorge Zahar Editora: Rio de Janeiro, 2000.
- BELLAMY, C.; TAYLOR, J. A. **Governing in the information age**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1998.
- BETINI, R. C.; REZENDE, D. A.; FREY, K. Desenvolvendo portais para municípios. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO DO CONHECIMENTO, 6., 2003, Curitiba. *Anais...* Curitiba: ISKM2003, 2003.
- BRYAN, C.; TATAM, J. **Political participation and the Internet**. In: Liberty (The National Council for Civil Liberties: ed.): *Liberating cyberspace: civil liberties, human rights and the Internet*. London: Pluto Press, p.161-168, 1999.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação**: economia, sociedade e cultura, v.1, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **Material for an exploratory theory of the network society**. In: *British Journal of Sociology*, v. 51, n.1, , p.5-24, 2000.
- CASTELLS, M. **The Internet Galaxy**: reflections on the Internet, Business, and Society. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CASTOR, B. V. J. **O Brasil não é para amadores**: Estado, Governo e Burocracia na terra do jeitinho. Curitiba: EBEL/IBQP-PR, 2000.
- CHIAVENATO, I. **Administração**: teoria, processo e prática. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- CLAVELS, P.; PITT, J.; YIN, J. **The community option in urban policy**. *Urban Affairs Review*, v. 32, n.4, p.435-458, March 1997.
- CLIFT, S. **Brief e-democracy definition**. Disponível em: <<http://www.publicus.net/articles/edemresources.html>>. Acesso em: 21 mai. 2003.
- COSTA, L. C. **O Estado Brasileiro em Discussão**: análise do plano diretor da reforma do aparelho do Estado – Governo FHC/1996. *Revista de História Regional*, vol.3, n. 1, 1998.

CUNHA, M. A. V. C. **Portal de serviços públicos e de informação ao cidadão: estudo de casos no Brasil**. 2000. 172 f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal de São Paulo - FEA/USP. São Paulo.

DAHLBERG, L. **Extending the public sphere through cyberspace: the case of Minnesota e-democracy**. 19 p. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue6_3/dahlberg>. Acesso em: 20 mar. 2001.

DANIEL, C. **Poder local no Brasil urbano**. In: Espaço & Debates, v.8, n.24, p.26-39, 1988.

DRYZEK, J. **Discursive democracy: politics, policy, and political science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ENDLER, A. M. **Governo eletrônico: a Internet como ferramenta de gestão dos serviços públicos**. Revista Eletrônica de Administração, edição 14, nº 2, v. 6, abril 2000.

FREY, K. **Crise do Estado e estilos de gestão municipal**. In: Lua Nova, n.37, p.107-138, 1996.

FREY, K. **Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento**. In: EISENBERG, José e CEPIK, Marco (orgs.). Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.141-163, 2002.

FREY, K. **Governança urbana e redes sociais: o potencial das novas tecnologias da informação e comunicação**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.

GRAHAM, G. **The internet: a philosophical inquiry**. London: Routledge, 1999.

GUGGENBERGER, B. **Das digitale Nirwana**. Vom Verlust der Wirklichkeit in der schönen neuen Online-Welt. Reinbek: Rowohlt, 1999.

GUIDI, L. **Democracia eletrônica em Bolonha: a rede IPERBOLE e a construção de uma comunidade participativa on-line**. In: Eisenberg, J. e Cepik, M. (orgs.). Internet e Política. Teoria e prática da democracia eletrônica. UFMG: Belo Horizonte, p.164-190, 2002.

HABERMAS, J. **Die Einbeziehung des Anderen**. Studien zur politischen Theorie. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1997.

HABERMAS, J. **Faktizität und Geltung**. Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1998.

HABERMAS, J. **Theorie des kommunikativen Handelns**. Band 1. Handlungsrationalität und gesellschaftliche Rationalisierung. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 3. ed., 1999.

HEEKS, R.; BHATNAGAR, S. **Understanding success and failure in information age reform**. In: Heeks R. (ed.). Reinventing government in the information age: international practice in IT-enabled public sector reform. London: Routledge, 1999.

HIRST, P. **Democracy and governance**. In: Jon Pierre (ed.): Debating governance: authority, steering and democracy. Oxford University Press: New York, p. 13-35, 2000.

KOHL, V. K. **O reflexo da sociedade em rede nas organizações**. Revista eletrônica de administração, 12. ed., nº 4, v. 5, dezembro 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2. ed., São Paulo: Editora 34, 2000.

MARQUES, E. V.; CUNHA, M. A.; MEIRELLES, F. S. **Modelos de Gestão de Tecnologia de Informação no Setor Público Brasileiro**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

MEDEIROS, A. C. **The politics of decentralization in Brazil**. In: European Review of

Latin American and Caribbean Studies; n.57, p.7-27, 1994.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOTTA, P. R. **Participação e descentralização: lições de experiências brasileiras**. In: Revista de Administração Pública, v.28, n.3, p.174-194, 1994.

NEGROPONTE, N. **A vida digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

OLIVEIRA, F. **Privatização do público, destituição da fala e anulação da política**. In: Oliveira, F.; Paoli, M.C. (orgs.). Os sentidos da democracia: Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: NEDIC/Vozes, 1999.

PHILLIPS, A. **Geschlecht und Demokratie**. Hamburg: Rotbuch Verlag, 1995.

PUTNAM, R. **Bowling Alone: the Collapse and Revival of American Community**. New York: Simon & Schuster, First Touchstone Edition, 2001.

PUTNAM, R. **Bowling alone: america's declining social capital**. In: Journal of Democracy, v.6, n.1, p.65-78, 1995.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia; a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2000; (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

REZENDE, D. A. **Tecnologia da Informação integrada à inteligência empresarial: Alinhamento estratégico e análise da prática nas organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RHODES, R. A. W. **Governance and public administration**. In: Jon Pierre (ed.): Debating governance: authority, steering and democracy. New York: Oxford University Press, p. 54-90, 2000.

RIFKIN, J. **The age of access: the new culture of hypercapitalism where all of life is a paid-for experience**. Penguin Putnam: New York (First Trade Paperback Edition), 2001.

RUEDIGER, M. A. **Governo Eletrônico e Democracia: uma análise preliminar dos impactos e potencialidades na gestão pública**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2002.

SARTORI, G. **Demokratietheorie**. Darmstadt, 1992.

SASSEN, S. **Cyber-Segmentierungen: elektronischer Raum und Macht**. In: MÜNKER, S.; ROESLER, A. (orgs.). Mythos Internet. 1st. Edition. Frankfurt am Main: Suhrkamp, p. 215-235, 1997.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHUDSON, M. **Por que a conversação não é a alma da democracia?**. Revista FAMECOS, N.14, p. 19-30, 2001.

SENNET, R. **Verfall und Ende des öffentlichen Lebens**. Die Tyrannei der Intimität. Frankfurt am Main: Fischer, 1986.

SFEZ, L. **Internet et la domination des esprits**. In: Le Monde diplomatique: Penser le XXIe siècle; Manière de voir, 52, Juillet-Août, pp.50-54, 2000.

STOKER, G. **Urban political science and the challenge of urban governance**. In: Jon Pierre (ed.): Debating governance: authority, steering and democracy. New York: Oxford University Press, p. 91-109, 2000.

TAMBINI, D. **Civic networking and universal rights to connectivity**: Bologna. In: Roza Rsagarousianou and others (eds.): *Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks*. p.84-109. London: Routledge 1998.

TAMMI, A.; NERELLI, E. **NuvaNet and NettiParlamentti**; democracy turns into reality on the Internet. In: Tiihonen, P. (ed.): *Politics & Internet*. Helsinki: Oy Edita Ab, 1999. 2nd International Congress. Report on Politics & Internet Congress, held in Helsinki, Finland, January 6-9, p.102-107, 1999.

TAVARES, M. C. **Gestão estratégica**. São Paulo : Editora Atlas, 2000.

TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI, D.; BRYAN, C. (eds.). **Cyberdemocracy**: technology, cities and civic networks. London: Routledge, 1998.

TURNER, J.; HOLMES, L.; HODGSON, F. C. **Intelligent urban development**: An introduction to a participatory approach. *Urban Studies*. Vol. 37, pg. 17-23. Edinburgh: Sep 2000.

UNDP - United Nations Development Programme. **Good governance and sustainable human development**. Governance for sustainable human development. A UNDP Policy document. Disponível em: <<http://magnet.undp.org/policy/chapter1.htm#b>>. Acesso em: 28 abr. 2003.

WEYER, J. **Soziale Netzwerke**. Konzepte und Methoden der sozialwissenschaftlichen Netzwerkforschung. München/Wien: R. Oldenbourg, 2000.

WAISANEN, B. **The future of e-government**: technology-fueled management tools. *Washington: Management*. v. 84, p. 6-10. Jun 2002.

WINKEL, O. **Die Kontroverse um die demokratischen Potenziale der interaktiven Informationstechnologien**: positionen und Perspektiven. *Publizistik*, v.46, n.2, p.140-161, 2001.

Disponível em:

<

http://www.pucpr.br/educacao/academico/mestrado/mestrado_gestao/seminario/arquivos/governanca_democracia_eletronica_gesto_urbana.pdf >.

Acesso em: 22/11/2006